



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
Avenida Vicente Simões, 1.111 – Bairro Nova Pousa Alegre – Pousa Alegre/MG – CEP 37.553-465
(035) 3449-6192 – E-mail: coinfra.reitoria@ifsuldeminas.edu.br

JUSTIFICAVA PARA UTILIZAÇÃO DO RDC

OBJETO: Reforma CASARÃO para Administração Geral do Campus Avançado e Museu, com área aproximada de 553,52 m².

A obra de reforma que se pretende realizar nesta edificação tem a finalidade de dotar a construção que hoje se encontra sem utilização, em uma edificação que abrigará toda a administração do Campus Avançado Carmo de Minas e ainda no piso térreo um Museu com objetos típicos e representativos de um tempo pretérito mas importante e diferenciado da região local.

Esta reforma pretende manter todas as características arquitetônicas de sua construção, respeitando ao máximo possível, todas as instalações, divisões internas, estilo e material das esquadrias, de seus elementos construtivos (seus materiais), suas cores, sua cobertura, seu formato e dimensionamento.

Entretanto traremos um toque de modernidade ao refazer de maneira integral além dos insumos básicos da construção civil, toda a parte hidrossanitária, elétrica, pisos mais resistentes e adaptar a obra para acessibilidade total em respeito à ABNT-NBR 9050. Instalaremos também equipamentos da Tecnologia da Informação e Comunicações, proteção contra incêndio e pânico, bem como adaptar a construção para equipamentos de ar condicionado.

Total do objeto nesta fase igual a 553,52 m² de obras de construção/reforma no Campus Avançado Carmo de Minas/IFSULDEMINAS.

Optamos pela utilização da modalidade licitatória RDC devido ao fato das diversas vantagens trazidas pelo RDC (ou que este deve trazer), se comparadas às modalidades da Lei 8.666/93, as quais podemos destacar:

- Economia e a Agilidade/Celeridade dos processos, sendo que ambas estão intimamente ligadas, portanto, nosso processo será mais econômico e menos dispendioso pela maior eficiência e consumir menos recursos, inclusive de tempo. Na prática poderemos realizar com o RDC uma diminuição entre a sessão de abertura da licitação e a assinatura do contrato em pelo menos 50% e, em alguns casos, imaginamos conseguir uma redução ainda maior.
- Redução de custos para a condução dos processos de licitação;
- Redução de envolvimento de recursos humanos com o uso dos procedimentos auxiliares;
- Redução dos custos de processos presenciais com a utilização de processo eletrônico;
- Redução ainda maior de etapas se optarmos por utilizar a contratação integrada;
- Redução do tempo de processamento com a inversão das fases e a avaliação de habilitação somente do(s) melhor (es) colocado(s) e fase única recursal;
- Economia na execução de obras;





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
Avenida Vicente Simões, 1.111 – Bairro Nova Pousa Alegre – Pousa Alegre/MG – CEP 37.553-465
(035) 3449-6192 – E-mail: coinfra.reitoria@ifsuldeminas.edu.br

- Redução de aditivos contratuais onerosos, vedados na contratação integrada, e que só são admissíveis para alteração de projetos por solicitação da administração pública;
- Compartilhamento dos riscos com as empresas contratadas, posto que as mesmas não podem imputar responsabilidades como falhas de projeto a terceiros (na contratação integrada);
- Coibição da formação de cartéis e “combinação” de preços com o uso do orçamento sigiloso se assim optarmos;
- Celeridade e eficiência na execução das obras – uma vez que as mesmas são executadas pela mesma equipe autora do projeto, portanto, com um planejamento integrado entre obra e projeto (na contratação integrada).

Importante ainda destacar de maneira especial que podemos utilizar o critério de menor dispêndio, menor preço ou maior desconto. No primeiro caso, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade estabelecidos no edital, será declarada vencedora a proposta que ofertar o menor valor, desde que não seja inexecutável, o que resultará na maior vantajosidade.

O critério de Menor Preço é o critério preferencial estabelecido pela Lei Federal 12.462. Permite que os custos indiretos, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental, entre outros fatores, sejam considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis.

A lei prevê um critério adicional de “**maior desconto**”, que julga as propostas de acordo com o maior percentual de desconto oferecido sobre o preço fixado, sendo que esse deve incidir linearmente sobre todos os custos unitários. Com isto eliminamos definitivamente o jogo de planilha. Esse critério somente se aplica a licitações com orçamento estimado não oculto.

O RDC foi instituído pela Lei nº 12.462, de 2011, com o escopo de conferir agilidade e eficácia às contratações relacionadas à infraestrutura para os eventos que o Brasil teria que organizar nos anos seguintes à lei, a exemplo das Olimpíadas de 2016. Posteriormente tal regime de contratação foi estendido às ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e, mais recentemente, foi aplicado às contratações para a realização de obras e serviços de engenharia relacionadas aos sistemas públicos de ensino, por força da Lei nº 12.722, de 2012.

Esperamos com nossa escolha possibilitar a construção de obras que atendam nossas unidades de ensino com maior rapidez, o que, certamente, beneficiará milhares de alunos e cidadãos da nossa área de atuação, possibilitando a continuação de um ensino público, gratuito e de qualidade.

Pousa Alegre/MG, 05 de outubro de 2.018

Engº Civil Paulo Roberto de Oliveira

Coordenador de Obras de Infraestrutura
CREA-MG 29.949/D – SIAPE 2056557 – Port. 985/2013

